



JORNAL A DEFESA E A IGREJA CATÓLICA EM CARUARU: A CONSTRUÇÃO DO ANTICOMUNISMO NA DÉCADA DE 50 NO AGRESTE PERNAMBUCANO

José William Lopes Torres

Doutor em Ciências da Religião – (UNICAP)

Professor de História - Secretaria de Educação do Estado da Paraíba

william.lopes.torres@gmail.com

RESUMO

O nordeste brasileiro, nos anos 50, era entendido como lugar da fome e da pobreza, se tornando, por esta razão, espaço de vários embates no campo da política entre grupos de esquerda que, tratavam as questões do campo como prioridade para o mais pobres, e, ao mesmo tempo, da direita conservadora católica aliada ao capitalismo internacional que, estavam engajadas no desenvolvimento urbano-industrial. Consequentemente, essas mesmas disputas eram também vivências em espaço local, como na cidade de Caruaru, interior pernambucano, uma vez que, setores ligados à esquerda buscavam engajamento na formação de pessoas contra as desigualdades sociais, e do outro lado, haviam grupos atrelados à Igreja Católica que se empenharam em promover um imaginário coletivo de negação ao comunismo. Neste hiato de lutas pelos espaços e poder, ganhou destaque o jornal católico chamado A Defesa que, possuía sua edição e veiculação dirigida pela diocese local, e, por ter alcance significativo na região, grupos conservadores, católicos, o utilizaram na promoção do anticomunismo. Desta maneira, o presente artigo, tem como objetivo central, debater os discursos, de forma teórico-metodológica foucaultiana, veiculados a partir do jornal A Defesa, acerca de sua política de construção do imaginário coletivo anticomunista, no final dos anos 50 em Caruaru e região.

Palavras - chave: Igreja; Comunismo; Discurso.

A diocese de Caruaru foi fundada no ano de 1948 a partir da bula papal "*Quae Maiori Christifidelium*" sendo, Dom Paulo Hipólito de Souza o primeiro bispo nomeado.

Segundo os arquivos da Diocese de Caruaru, quando trata do processo de sua construção, destaca que

A Irmandade de Nossa Senhora das Dores apressa-se em construir sua capela sob a direção do missionário capuchinho Frei Euzébio de Salle cuja construção termina em 1846, quando é inaugurada. Em 1848, é transferida a Paróquia de São Caetano da Raposa para Caruaru e tornou-se essa capela, a Matriz da nova paróquia, cujo panorama passou a ser a padroeira da vila, depois de cidade e finalmente da Diocese de Caruaru, Nossa Senhora das Dores. (Monsenhor João Bosco Cabral, Arquivos da Diocese de Caruaru, Pernambuco).

Antes de sua fundação, existia na cidade a capela de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1776 por José Rodrigues de Jesus, fundador da Fazenda Caruru que, futuramente se tornou na cidade de Caruaru, a igreja de Nossa Senhora das Dores, datada de 1844, esta que no ano de 1948 foi elevada à Diocese.

A capela de Santa Luzia que, foi construída em 13 de dezembro de 1902, pelo padre Manoel de Azevedo Pontes e Antonio de Lemos Vasconcelos, no Monte Bom Jesus, ponto mais alto do município, com 630 metros de altitude, situado no centro da cidade, e em seguida a Paróquia do Rosário que, embora a Diocese de Caruaru date a sua fundação em 17 de dezembro de 1941, a Irmã Iluminata¹, em entrevista concedida à Rádio Cultura no dia 30 de novembro de 1974, faz menção de sua existência alegando que desde 1918 “além das duas Igrejas [existiam] duas Capelas, a do Monte e a primitiva do Rosário” (ILUMINATA, Dempfle. Entrevista concedida ao Jornalista Antônio Miranda com a colaboração de Produção de Genival Silva na Rádio Cultura de Caruaru. [Transcrição do autor]).

Para além das igrejas ou capelas existentes antes da fundação da Diocese, havia também o Colégio Sagrado Coração, fundado pelas Irmãs Beneditinas Missionárias de Tutzing, no dia 8 de setembro de 1920, sendo este espaço educacional, o primeiro do município e que, se destacou desde as duas origens, na promoção de uma pedagogia

¹ Irmã Iluminata foi uma freira da Congregação das Beneditinas Missionárias de Tutzing que chegou à Caruaru no ano de 1920 para fundar o educandário mais antigo da cidade, hoje com 103 anos de existência, o Colégio Sagrado Coração de Caruaru. Quando ainda viva deixou uma entrevista, concedida à Rádio Cultura de Caruaru, no dia 30 de novembro de 1974 no qual relata sobre o cotidiano da cidade no ano de sua chegada em 1920, e que também, remonta os anos da fundação do município a partir de registros da época tendo como fonte os documentos da igreja, da Arquidiocese de Olinda e Recife e da câmara municipal de Caruaru ou a partir de relatos da população local que teve contato.

cristã católica, sendo, portanto, para além das igrejas, mais uma instituição agente de propagação da fé católica no agreste pernambucano².

Com a fundação da Diocese e já com a nomeação do primeiro Bispo de Caruaru devidamente regularizada, a partir de 1950, foi iniciado um projeto de fortalecimento político da Santa Sé na região agreste de Pernambuco.

Embora já existindo vários centros de atuação católica na cidade desde o século XVIII, foi entendido, por membros da igreja, que era necessário realizar um trabalho de fortalecimento político no município e que atenderiam aos interesses do Estado Brasileiro de maneira incomum.

Interesses esses que, remontam ao contexto da formação da república brasileira, em especial, a luta contra o comunismo, pois, ao propagar o discurso do materialismo e da luta de classe, atacava os interesses da burguesia, ao buscar estimular o clima do processo de industrialização, e do próprio laicato, quando, se empenhava na busca da manutenção de suas influências religiosas nos assuntos políticos e culturais da nação.

Na primeira metade do século XX, o Brasil, avançava em amplos processos de transformações que afetaram as relações cotidianas da sociedade como a industrialização, a urbanização cada vez mais pujante, a política, e, propriamente a cultura religiosa.

O cotidiano do povo brasileiro passou a ter a presença das novas ondas dos movimentos sindicais, dos debates em torno de novos modelos de sociedade que, inclusive, questionavam o campo religioso, em especial a Santa Sé, uma vez que a igreja católica sempre tratou de intervir nos assuntos públicos a partir de suas próprias concepções de mundo.

Transformações gradativas que foram atingindo a mentalidade do povo brasileiro e que, se encaminhava, mesmo que a passos lentos, em projetos cuja meta esteve embasada em sanar um passado de tantas desigualdades sociais.

Para tanto, se fazia necessário promover a inclusão social da população no mundo do trabalho e, sobretudo, na esfera do conceito de cidadania, pois, o passado escravocrata e de injustiças com o povo ainda se faziam presentes, mesmo quando o tema era inclusão dos mais pobres.

Desde fins do século XIX – mesmo antes da abolição da escravatura – o tema trabalho e de trabalhadores livres e educados no “culto ao trabalho” se impôs ao país. Entendia-se claramente que era preciso criar novos valores e medidas que obrigassem os indivíduos ao trabalho, quer fossem ex-escravos, quer

fossem imigrantes. A preocupação com o ócio e a desordem era muito grande, e “educar” um indivíduo pobre era principalmente criar nele o “hábito” do trabalho. Ou seja, era obrigá-lo ao trabalho via repressão e também via valorização do próprio trabalho com atividade moralizadora e saneadora socialmente (GOMES, 1988, p. 25).

É em decorrência de todos esses conflitos que na década de 50 em Caruaru, sobretudo com a chegada da Diocese, o discurso ao anticomunismo se fortaleceu entre membros da igreja católica.

Eram anos de imposição política e de ideologias que se anunciavam no pós Segunda Guerra Mundial, legando à famigerada Guerra Fria, um mundo bipolar que afetou diversos lugares, demonstrar lados era necessário, o planeta vivia o forte debate de choque entre o capitalismo e o socialismo.

A questão é que os republicanos defendiam uma nova racionalidade laica, tendo como móvel o combate a uma velha ordem patriarcal e regalista, mas sem negar um espaço de legitimidade para a organização religiosa. Buscavam afirmar a presença do aparelho político estatal, distinto em força e competência da Igreja. Seu anticlericalismo inseria-se em uma proposta maior de construção de um novo Estado nacional. No caso dos anarquistas dava-se o inverso. O ataque à religião era uma das formas de crítica à autoridade política opressiva e uniformizadora. As leis de Deus e as leis do Estado tinham um mesmo substrato, sendo frequentemente apontadas como os dois grandes inimigos do anarquismo. O anticlericalismo anarquista era uma forma específica de contestar a sociedade da época: a natureza de seu poder político e de sua ética (GOMES, 1988, p. 108).

A partir de então, a Diocese de Caruaru decide se mobilizar a favor da construção de uma territorialidade católica tendo, como estratégia de consolidação de um imaginário anticomunista na cidade, o jornal intitulado A Defesa, órgão do Círculo Católico de Caruaru que foi publicado entre 1932 e 1985, cuja direção inicial foi do Padre Júlio Cabral e, posteriormente, sendo administrado pela Diocese.

De nome bastante dedutivo, o jornal católico, tinha como objetivo levantar notícias de caráter social, cultural, político e econômico, de interesse local e internacional, entretanto, o seu grande enfoque estava voltado na “Defesa” de uma doutrina cristocêntrica em todas as esferas da sociedade caruaruense como forma de garantir uma repressão a quaisquer valores de esquerda.

O jornal, enquanto veículo de comunicação católico, passou a ser promovido e vendido através dos membros do clero local seja nas igrejas ou capelas, durante as missas, encontros religiosos ou reuniões de círculos de oração e, claro, nas bancas de vendas autorizadas pela Diocese.

A partir de então, se torna um meio com finalidade de valorizar os dogmas da igreja, uma cartilha catequética, tendo a Doutrina Social da Igreja, escrita pelo Papa Leão XIII, fonte de embasamento religioso e social à época.

Paulatinamente as matérias produzidas se tornaram promotoras de “verdades absolutas” entre os fies da igreja, discursos cuja finalidade estava voltada na disciplinarização da conduta da população a partir da fé. O leitor que fosse fiel à igreja, deveria buscar ter condutas de um “verdadeiro católico” a partir das orientações contidas no periódico.

Michel Foucault, ao analisar os micropoderes presentes na sociedade, entende o poder como parte integrante nas diversas relações cotidianas, tendo, como formas de legitimação social disciplinar, os discursos de verdades absolutas, estes que, ao longo da história, partiram das mais diversas instituições disciplinares e que, por sua vez, possuem seus embasamentos em aparatos de testificação, como textos sagrados, por exemplo, cuja meta é a dominação não só do corpo dos sujeitos, mas de sua autodisciplina quando, o subordinado, se sente observado por meio de um olho que tudo vê, um controle pelo panóptico.

O conceito de poder, em Foucault, aparece como elemento sutil, uma forma de disciplinar e que, não é necessariamente agressiva, cuja função está em garantir a “ordem” das coisas.

Em síntese, poder em uma perspectiva foucaultiana é entendido como princípio ou relação de dominação sobre os sujeitos sociais que, na ocasião, são constituídos por instituições ou princípios que produzem a “ordem” a partir de discursos de “verdade”.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 1996, p. 10).

O poder, portanto, atua na condição de saberes discursivos pré-estabelecidos, a exemplo, entende-se que os códigos de “regras”, culturais ou não, são analisados como estratégias, biopoderes, cujos objetivos é a constituição das normas sociais.

Contudo entendamos aqui que, para se formalizar um discurso de verdade sob o estabelecimento do poder disciplinar onde a meta é a dominação entre os espaços sociais, não se aposta apenas no legal impositivo, ou seja, para uma equalização

funcional de sua aplicação é importante tecer a malha do princípio do poder no seio de uma cultura.

Estimular a naturalização de condutas se torna fundamental, ou seja, é essencial criar uma normatização a partir de discursos disciplinares, a dominação, portanto é de um caráter disciplinar sobre o sujeito, eis a diferença entre a regra pela “regra” e o poder discursivo como instrumento de disciplinarização.

Podemos entender de maneira metódica, a partir de Foucault, como o discurso disciplinar se tornou atuante ao olharmos para a história. A segregação e a estereotipia foram, por anos, construídas sob a mulher, o negro, o judeu, o homossexual e no caso de Caruaru em específico, a partir do jornal A Defesa, quando tratou do comunismo, estes que, foram naturalizados por via de discursos segregacionistas, antíteses sociais, heterotopologias, indesejáveis ao discurso dominante.

O jornal A Defesa, durante a década de 50, foi ganhando grau de legitimidade, era entendido como portador das mensagens salvífica da Santa Sé. Trazia em suas matérias jornalísticas discursos com a finalidade de ensinar a disciplina cristã quando, publicava ensinamentos para um "verdadeiro cristão".

Suas edições eram produzidas sob orientação do clero local, tendo fonte a Santa Sé. Por possuir um consenso coletivo de poder e verdade em meio ao imaginário coletivo, a igreja, buscava influenciar os féis na luta contra o comunismo.

O periódico, para muitos leitores, aos poucos, ganhou status de segundo livro de fé, buscava determinar os comportamentos coletivos a partir da lógica do pecado e da salvação, tendo como referência de escrita, trechos adaptados da bíblia.

O teor das matérias buscava acionar gatilhos psicológicos a partir de suas constantes publicações, somente nos anos cinquenta, o jornal chegou a produzir uma média de três ou quatro colunas por mês, mesclando entre condenações às ações do comunismo ao redor do mundo à postura do verdadeiro cristão católico.

Outra metodologia muito utilizada pelos editores do jornal foram as narrativas de medo ao comunismo, criavam várias matérias mesclando princípios teológicos numa dualidade prática e fíndada, ou era comunista, um ateu condenado ao inferno, ou cristão, apto a salvação.

O “outro”, passou a ser estereotipado como um indesejado, o “diferente”, e que nos anos 50, a partir do jornal, representava a insegurança para a moral cristã e incapaz de corroborar para o benefício da sociedade, rotulações jornalísticas estruturalmente agregadas aos assuntos ligados ao materialismo dialético.

Esta ação do clero caruaruense buscava investir no imaginário anticomunista da população, sendo a fé, o meio de assim o fazer. O empenho pela dominação psicológica foi latente, a negação ao comunismo foi naturalizada nas páginas do jornal, discursos que se ateve à sua demonização, o medo ao “esquerdismo”, buscando atingir aquele ou aquela que não fosse católico.

O medo é uma ferramenta eficaz para consolidar o poder de um Estado cada vez mais totalitário. Quando bem-implantado, esse sentimento pode sempre ser invocado, em nome de uma guerra do bem contra o mal, contra alvos que representem uma ameaça econômica ou política (GREEN, 2011, p. 102-103).

Jean Delumeau, em sua obra “História do Medo no Ocidente”, aponta que, ao longo de toda Idade Média para a Moderna, o medo foi uma arma eficaz para constituir comportamentos coletivos sejam eles, a favor ou contra, às vontades de grupos dominantes, como a igreja católica, por exemplo.

No caso de Caruaru, foi a construção de uma sociedade de vigilância ao comunismo que foi explorada. Naquele contexto, como Delumeau aponta em diversas épocas históricas acerca do medo, ficou entendido que

... não só os indivíduos tomados isoladamente, mas também as coletividades e as próprias civilizações [nesse contexto a Igreja Católica soube muito bem articular ao longo de sua história] estão comprometidas num diálogo permanente com o medo (DELUMEAU, 2009, p.12).

Esta estratégia foi explorada em diversas matérias do jornal A Defesa, era um ponto de acionamento de sentidos, o discurso do medo, mas, sobretudo, a luta pelo controle disciplinar da população ao atingir a mentalidade coletiva.

Contudo, foi a partir da segunda metade dos anos 50, que as matérias anticomunistas se tornaram mais enfáticas no jornal. Possivelmente, esse fato se deu em decorrência das tensões internacionais que acabaram repercutindo em escala local.

Na região nordeste, por exemplo, as ligas camponesas cada vez mais buscavam a igualdade social, setores progressistas da igreja lutavam pela valorização do homem do campo.

O Partido Comunista começava a se aproximar dos problemas do nordeste brasileiro, empunhava uma luta em prol dos trabalhadores operários que, tão logo, não tardou em buscar melhorias ao homem do campo.

Para o Estado e a Igreja, o nordeste nos anos 50, se tornou pauta de grande importância, pois era entendido como a “região da miséria”, espaço onde supostamente os comunistas poderiam se infiltrar e, ao mesmo tempo, iniciar pregações anticatólica e antinacionalistas.

Logo

Nem é sem motivo que a Igreja do Nordeste, marcado por uma pobreza gritante, tenha sido a primeira a tratar com seriedade os problemas sociais. Os camponeses viviam em condições funestas há décadas, e a Igreja permanecia em silêncio, mas quando os camponeses se organizaram, isso mudou. Não foi a existência da pobreza, mas sim, a politização dessa pobreza que fez com que alguns setores da Igreja repensassem o seu conservadorismo político (SCOTT, 2004, p. 56).

Diante de tamanha realidade, todavia, não foi somente a miséria que mais chamou atenção de grande parte do laicato, mas antes disso, foi o receio do clero brasileiro em, paulatinamente, perder suas influências entre os mais pobres da região para os movimentos de esquerda, pois há décadas, o nordestino, sobretudo os trabalhadores ligados ao campo, eram vítimas das desigualdades sociais e poderia ter como forma de ascensão social a consciência política a favor de si.

Segundo Riolando Azzi, para a igreja católica naquele contexto

A meta mais específica era fazer com que os membros da sociedade brasileira passassem a atuar sob a orientação decisiva dos princípios católicos. A obtenção desse propósito, porém, para os bispos, só era possível por via autoritária, ou seja, através do estabelecimento de um Estado declaradamente religioso, capaz de impor a fé e a moral a toda a população (AZZI, 2008, p. 195).

Sem dúvida, em meio a tantas pressões, os anos 50 acabaram por forçar a igreja a se abrir para o povo, olhar para as misérias nas mais diversas regiões do país, deveria atuar como agente missionária entre os carentes, contudo, a “abertura” não significou dizer que o catolicismo cedeu para o processo de empatia ao comunismo.

O exemplo disso foi a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que em 14 de outubro de 1952 declarava mudança e uma preocupação da igreja com as questões mais orgânicas, mobilização entre as pastorais, mas jamais radicalização total de sua doutrina.

A sua abertura era em termos de ir ao encontro do povo, mas afastando possibilidades de diálogo com o comunismo, portanto significou dizer que

Se anteriormente a Igreja se apresentava normalmente apenas como suporte da ordem social estabelecida, numa função tipicamente conservadora, assumia agora uma posição mais dinâmica e moderna (AZZI, 2008, p. 237).

O próprio governo brasileiro sofria, e não conseguia administrar questões de pobreza e miséria que assolava o nordeste brasileiro, logo, a igreja assume o papel, ou seja, procurou articular fé e política de maneira mais contundente.

“Somente a partir dos anos 1950 a Igreja começa a admitir que algumas mudanças sociais eram oportunas e até necessárias, dispondo-se a dar-lhes o apoio a fim de que não fossem realizadas dentro de um projeto socialista” (AZZI, 2008, p. 242).

Uma ajuda de interesse particular que apontava a necessidade de ir ao encontro de novos desafios, ou seja, o comunismo, pois os materialistas eram exímios questionadores do espiritualismo, como também dos discursos de esquerda que, na visão do marxismo, a religião era alienação.

Em Caruaru, a diocese explorou as questões de caráter social, como era debatido pelo clero a nível nacional, e naturalmente atendendo a política anticomunista, se utilizou do jornal *A Defesa*, um veículo capaz de alcançar a população.

Entre os anos de, 1958 a 1960, as matérias de teor contra a esquerda ganharam vanguarda. A moral e os valores cristãos foram fortemente divulgados, um aparato de ideários estereotipando o comunismo acabou sendo bastante explorado pelo jornal *A Defesa* com mais ênfase, cuja finalidade, foi a naturalização do discurso anticomunista entre os seus leitores, se posicionar no lugar de fala era o grande objetivo da Igreja nos anos 50.

Os editores do jornal, buscando explorar os valores subjetivos da fé de cada sujeito que o lia, agregavam não apenas um sentimento de amor ao próximo ao combater o comunismo, mas uma “neocruzada” às políticas de esquerda no agreste pernambucano. A luta entre o “bem contra mal”, sendo estas falas, pautas de várias matérias.

O clero caruaruense entendia que a religião trata de articular uma simbiose entre, o sujeito e sua crença, constituindo valores, envolto de princípios discursivos, que passam a ser sacralizados em meio a uma teia de prelúdios presentes nos ritos. Além disto, e em especial, percebia também que, a partir de ações de lideranças religiosas, e por meio de uma legitimação social, pois representavam a própria Santa Sé, passaram a serem portadores de uma pedagogia dogmática onde estivessem, e que, de forma muito sutil, se empenhavam, em se fazerem presentes na vida de seus membros, com a finalidade de que replicassem, de modo quase que inconsciente, o exemplo de fé, práticas anticomunistas, das lideranças.

Segundo Callois,

O sagrado pertence como uma propriedade estável ou efêmera a certas coisas (os instrumentos do culto), a certos seres (o rei, o padre), a certos espaços (o templo, a igreja, os lugares régios), a certos tempos (o domingo, o dia de Páscoa, o Natal, etc.) (CAILLOIS, 1988, p.20)

Pensando nesta estratégia política, no dia 1 de janeiro de 1958, é publicado no jornal A Defesa uma matéria intitulada: “Contra um instinto místico da vida do povo russo naturalmente crédulo, os soviéticos recrudescem a campanha antireligiosa” (A DEFESA, 01/01/1958).

Este tema jornalístico, a primeira do ano de 1958, por meio de um jogo de palavras estratégico, destaca que “a pesar de ser um povo crédulo” foram tomados pelo comunismo. Para o leitor, se torna uma chamada de alerta para a comunidade cristã católica de Caruaru.

Uma estratégia cuja finalidade foi o estabelecimento de uma sociedade em constante vigília, a formalização de um contrato de fé, a missão do povo, colaborar para não permitir que o comunismo ganhasse força no agreste pernambucano, assim como na Rússia desde 1917.

Ainda na mesma matéria, haviam citações sobre os experimentos científicos que estavam sendo desenvolvidos durante a corrida armamentista da URSS, como a viagem do homem ao espaço, por exemplo.

Para os redatores do jornal, os russos, entendiam a ciência como uma forma de se instituir o “homem deus, ou o deus homem”, uma vez que publicaram uma notícia onde declararam que na Rússia “Deus é o próprio homem, ou melhor, o homem comunista, que é capaz de criar novos mundos” (A DEFESA, 01/01/1958).

Ampliando as críticas ao pensamento científico aos movimentos revolucionários que ocorreram ao longo da história, a diocese de Caruaru, publica uma matéria de título “O Livro”.

O conteúdo destacava que as doutrinas não católicas eram consideradas perigosas para o destino da humanidade, estas que, foram resultados do pensamento crítico ou de experimentos da ciência, como a prensa de Gutenberg que, durante a Reforma Protestante, tratou em difundir o conhecimento da bíblia quando traduzida para o alemão, a Revolução Francesa e suas concepções políticas e a Russa de 1917 ao incentivar a consciência crítica de classe entre a população.

Em outras palavras, eram meios de buscar criar uma geografia de poder entre os seus simpatizantes, tendo como forma de legalização de verdades cristocêntricas, a negação do papel político e social das revoluções que, de algum modo incomodaram à igreja.

Segundo Foucault, os discursos, são alguns dos vários elementos que compõem as sociedades, são formados por interpretações e colocações de grupos a fim de, se

imporem, enquanto instituição e assim projetar um saber sobre alguém ou algo. Formas de “dizer” e determinar saberes que ao longo da história foram sendo constituídos, certamente, esses discursos não foram erigidos aleatoriamente, muito pelo contrário, são saberes articulados e que são trabalhados para que se possa produzir um conceito de “verdade”.

Essas “verdades” atuam em espaços que muitas vezes não estão “visíveis”, não são percebidas e nem tampouco questionadas, muito pelo contrário, os discursos devem funcionar entre os microespaços da sociedade, micropoderes que atuam sobre e entre os sujeitos.

A legitimação do “dito” vai sendo gestado em meio a um aparato ideológico, objetivam determinar o que cada sujeito deve ser ou fazer. São formas de saberes que são produzidos entre os sujeitos de modo que, ao longo dos anos, vai ganhando efetividade na sociedade.

...em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Por isso que, na matéria do dia 25 de janeiro de 1958, há um destaque com relação à Reforma Protestante, alegando que, se organizou entre “panfletos horripilantes dos Luteranos e dos Calvinos, transmitindo ao povo ideias pervertidas e anarquizadoras do frade apóstata” (A DEFESA, 25/01/1958), quanto à Revolução Francesa, foi citada, como uma “detentora de uma “literatura baixa, ateia e deturpada do século 18” (A DEFESA, 25/01/1958) e a Revolução Russa a mais “satânica e sangrenta de quantas registra a história” (A Defesa, 25/01/1958).

De forma bastante óbvia, pois o grande alvo naquele contexto era a produção do anticomunismo, a menção sobre a Revolução Russa foi a que mais buscou atingir o campo religioso, alcançar de alguma maneira a fé dos católicos caruaruenses, estas estratégias se executavam no cotidiano local tendo o jornal como meio de ligação da “voz” do clero caruaruense aos seus leitores ou debatedores.

Em sintonia com os debates nacionais acerca dos trabalhadores agrários no nordeste, em 15 de fevereiro de 1958, o jornal A Defesa, publica uma nota na coluna, “Ideias e Controvérsias”.

Trata da questão do latifúndio no Brasil como um problema social, aponta que, apesar de já se passar mais de meio século da formação da República, há uma crise que

assola o país, esta que é resultante, desde os anos de seu descobrimento, pois existe, entre os grandes produtores e donos de terra, enorme desigualdade e, sobretudo poucas possibilidades de diálogo reduzindo o acesso ao crescimento econômico do pequeno produtor do campo.

Sem dúvida, um debate pertinente, contudo, o apontamento da mazela social não é apenas a pobreza e a desigualdade social como fator histórico, mas, segundo o jornal, o comunismo³.

E com grande histeria nacional, é declarada uma luta espiritual contra o comunismo. Em 19 de abril de 1958 é publicada uma matéria, capa do jornal daquele mês com o seguinte título:

Não queremos pecar por omissão: manifesta-se o Episcopado do Rio de Janeiro – A propaganda comunista é atentatória contra os nossos princípios cristãos – Não podemos calar – Protestos veementes – Falam os Bispos ao povo (A DEFESA, 15/04/1958).

Luiz Carlos Preste, conhecido como o “Cavaleiro da Esperança” é destacado na matéria, estereotipado a um “demônio”, o anticristo. Um *modus operandi* bastante medieval; a mulher, o judeu, entre tantos outros, agentes de Satã.

E não há “meios termos” na reportagem, há um confronto direto ao comunismo, para o episcopado do Rio de Janeiro, o “credo vermelho”, como é destacado na matéria, não pode se propagar no Nordeste e, óbvio, esta mensagem foi selecionada e publicada para os cristãos caruaruenses: “... é coisa atentatória contra os nossos foros de povos Cristãos” (A DEFESA, 19/04/1958).

A essa altura, nenhum cristão pode se acomodar, quando estão em perigo os seus princípios. Não se pode tolerar que por omissão, entregue-se a Pátria Brasileira ao vandalismo moscovita ao materialismo comunista, aos inimigos de Deus, da Pátria e da Família... (A DEFESA, 19/04/1958).

Nesta imagem, aparecem dois lados opostos que fazem menção ao capitalismo, e o comunismo.



³ Ideias e Controvérsias (A DEFESA, 15/02/1958).

As charges trazem significados distintos, uma vez que, umas das figuras contêm um homem dirigindo um automóvel moderno e em liberdade, este que representava o ocidente, enquanto que na outra, há homens vestindo roupas pretas, uma alusão a prisões e práticas de torturas que estavam ocorrendo no oriente⁴.

A estratégia de caça ao comunismo foi sendo consolidado de maneira paulatina ao ponto de, no mês de abril do ano de 1961 o jornal, Diário de Pernambuco, noticia um evento ocorrido no centro de Caruaru que fazia homenagem de solidariedade à Revolução Cubana de 1959, mas que acabou em brigas e prisões, pois estudantes, comerciantes, moradores locais, e tantas outras pessoas ligadas à igreja católica, por meio de um sentimento anticomunista, impedem a sua realização⁵.



Foram dias de grande agitação no município e que, tiveram como pano de fundo o anticomunismo. Para fortalecer o clima contra as políticas de esquerda, o jornal iniciou um projeto de propagar imagens que buscavam acionar gatilhos psicológicos imagéticos.

Todo esse jogo de palavras e imagens promovidas pela diocese de Caruaru, a partir do jornal A Defesa, foi importante na consolidação de um imaginário coletivo

⁴ Jornal *A Defesa*, 28 de novembro de 1959.

⁵ Comício dissolvido a pedradas em Caruaru. Fonte: Arquivo público Jordão Emerenciano (APEJE).

anticomunista e que, corroborou na legitimação consensual popular, da necessidade da consolidação do golpe civil militar de 1964.

Desde então, criou-se uma sociedade vigilante, várias pessoas foram perseguida sob o estigma do perigo, acusadas de heresias católicas, ou inimigas da nação. Instaurou-se, em boa parte da população, um medo às políticas de esquerda, ao passo que, fortalecia o discurso do nacionalismo de extrema direita, atitude esta, que não só legitimou o golpe, mas ainda garantiu, por longos anos, um sentimento contra os movimentos de esquerda seja na esfera política, religiosa ou no imaginário popular.

BIBLIOGRAFIA

- ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. **DOPS/MG Imaginário Anticomunista e Policiamento Político (1935-1964)**. Dissertação de Mestrado em História e Cultura Política apresentado no Programa de Pós-graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- AZZI, Riolando; KLAUS, van de Grijp. **História da Igreja no Brasil: ensaios de interpretações a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CAILLOIS, Roger. **O Homem e o Sagrado**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- CAHUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo, SP: 2000.
- CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 20011.
- CERTEAU, Michel. **O que é ideologia**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2008.
- CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo, SP: Companhia da Letras, 2009.
- FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia de Almeida (org.) **Brasil Republicano; v.4 - O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucilia de Almeida (org.) **Brasil Republicano; v. 3 – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil – militar de 1964**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo, SP: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo, SP: Vértice, 1988.
- GREEN, Toby. **Inquisição: o reinado do medo**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2011.
- GRESCHAT, Hans-Jürgen. **O que é ciência da religião**. São Paulo: Paulinas, 2005.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. (org.) **História: cultura e sentimento: outras histórias do Brasil**. Recife, PE: Ed. universitária da UFPE; Cuiabá: Ed. da UFMT, 2008.
- PEREIRA, Raquel Aparecida. **Bandeiras Vermelhas nas Ruas das Cidades! Comunismo e Espaço Público em Belo Horizonte (1945-1951)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.
- PORFÍRIO, Pablo F. de A. **Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)**. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2009.
- SCOTT, Mainwaring. **A Igreja Católica no Brasil (1916-1985)**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.

Fontes documentais:

- Acervo de propriedade particular do Jornal Vanguarda.
- Arquivos da Biblioteca do Colégio Sagrado Coração.
- Arquivos da Diocese de Caruaru, Pernambuco.
- Jornal A Defesa, 1958-1959. Acervo do NUPESQ/FAFICA.
- Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE)

Sites Pesquisados

FIDEI DONUM <http://w2.vatican.va/content/pius-xii/pt/encyclicals/documents/hf_pxii_enc_21041957_fidei-donum.pdf> Disponível em: 16/10/2023.

QUADRAGESIMO ANNO http://w2.vatican.va/content/piusxi/pt/encyclicals/documents/hf_pxi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html> Disponível em: 16/10/2023.

RERUM NOVARUM <http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerum-novarum.pdf> Disponível em: 16/10/2023.